

Notas e informações

Governar com o mercado

O presidente da República demonstrará insensibilidade se não atentar para as possíveis consequências do que está acontecendo em todo o País depois que se anunciou, oficialmente, o próximo realinhamento de preços. O surgimento dos "fiscais de Sarney" colocou os empresários na defensiva, especialmente os do comércio, e foi passo decisivo para a desorganização da produção. O anúncio do realinhamento deu início a processo que poderá interferir na manutenção da solidariedade política: cansados de esperar pelas providências que os salvariam das tenazes do dilema produzir com prejuízo ou ser expostos à execração pública pela velha senhora chamada Sunab, os empresários, em todas as fases do ciclo produtivo e de consumo, parecem dispostos a tomar a dianteira nas ações, dê no que dê.

Quando o presidente da Fiesp, sr. Mário Amato, adverte o governo, não só cumpre dever funcional, mas também se faz intérprete do desespero de todos aqueles que não mais suportam viver no reino do faz-de-conta em que o Executivo transformou o País. O sr. Mário Amato não pregou a desobediência civil, como alguém mal informado poderá ir correndo dizer ao presidente da República. Simplesmente fez o registro de uma situação em que os homens de empresa não mais suportam os efeitos da desorganização da máquina governamental, de sua ineficácia e de sua prepotência sobre a produção.

O responsável pela tensão que se criou de repente entre as classes produtoras — falando pela voz dos presidentes da ONI e da Fiesp — e o Executivo foi o ministro da Fazenda, que ao anunciar o reajustamento (eufemismo que empregamos, secundando o Executivo, para mascarar o descongelamento) disse que o CIP iria examinar os pedidos, caso a caso. Ao proclamar essa liberal decisão, s. exa. estava sabendo que, existindo pelo menos cinco mil produtos congelados, as autoridades, se expeditas, levariam 13 anos para liberar preços, despachando um processo por dia! Foi por isso que pusemos em dúvida a intenção política do anúncio, quando foi feito, e consideramos que era mais um pretexto para revigorar os poderes policiais da Sunab. No Rio de Janeiro, informam nossos confrades carlos, a Sunab já começou a vasculhar supermercadões à procura de "estoques estratégicos", na

clássica manobra intimidadora. Em São Paulo, ela poderá voltar a ser posta em prática a qualquer instante — mesmo que a velha senhora esteja desmoralizada ou não atuante, como supõem muitos. Poderá voltar porque detém os poderes de multar e fechar — decorrentes de instrumento legal sobre cuja existência e constitucionalidade o procurador-geral da República, não despachando a representação da UDR contra a Lei Delegada, impede o Supremo Tribunal Federal de pronunciar-se. Atente o presidente da República, ao receber as informações sobre o que vai pela economia e as repercussões das declarações do sr. Mário Amato, para o fato de que os padeiros já não se conformam mais — ou recebem os aumentos que reclamam, ou deixarão de fabricar pão.

Esse estado de espírito pode generalizar-se com riscos para a ordenação do sistema político. A rigor, quando o presidente da Fiesp pede ao Executivo que confie no empresariado, determine um realinhamento de 20% e coloque todos os produtos sob o regime de "liberdade vigiada", simplesmente pretende dizer ao sr. José Sarney que muitos empresários podem ser compelidos a proceder, no que tange aos preços, com a mesma desenvoltura dos sindicalistas da CUT e da CGT quando estes tratam das determinações legais que impedem aumentos de salários. Simplesmente recorrem à greve e, como se diz na linguagem popular, "vão buscar o seu". No campo da indústria, os pequenos industriais, sobre os quais não se concentram as atenções da velha senhora, lançam mão do recurso do ágio; mas os médios e grandes, estruturados, que não têm como fugir aos controles estatais, como resistirão à crise que os atinge? Só lhes restará o desafio, nisso obedecendo ao que está dito em máxima secular: quando nada se tem, tudo se tem; quando nada se pode, tudo se pode! Ora, o cumprimento dessa máxima no Brasil de nossos dias trará, como receia o presidente da Fiesp, a desobediência às determinações legais, o que enterrará definitivamente a ordem jurídica — e com ela a livre iniciativa. Quanto a isso, não podemos ter ilusões. É por saber disso que as lideranças empresariais responsáveis reclamam das autoridades federais uma atitude de bom senso. Julga alguém que é possível, depois do Cruzado II, em seguida às declarações de ministros, prometendo

rever preços congelados há quase um ano em período inflacionário indisfarçável, aceitar que o varejo não possa abastecer-se porque o CIP autorizou o aumento de preços na indústria, mas não ao consumidor? Esse tipo de comportamento — que se estende a todos os ramos da produção, inviabilizando a atividade econômica hoje mais do que ontem — leva os empresários à loucura.

Era de imaginar que diante do exemplo dos meses que se seguiram ao funesto 27 de fevereiro o presidente Sarney soubesse qual é a realidade da economia e não permitisse que ocorressem coisas do tipo que encham as páginas dos jornais e o noticiário das televisões e rádios. No entanto, s. exa. parece viver no mundo da fantasia, num eterno faz-de-conta — o que nos leva a crer que não são apenas seus ministros da área econômica que o informam mal, mas também o SNI e quantos órgãos de informação pululam por esta República mal administrada. A economia foi desorganizada; a Bolsa não resiste a medidas adotadas para diminuir a taxa de juro, e que só fazem elevá-la a píncaros tibetanos. Entretanto, tudo parece ir otimamente bem neste país de contos de fadas. Até quando?

Que fará o Executivo, por exemplo, se os padeiros, vendo que a CUT e a CGT foram prestigiadas depois da malograda greve geral, decidirem não aceitar o aumento que lhes será dado? Mobilizará as Forças Armadas para meter a mão na massa e ocupar o lugar de quantos fabricam e vendem pão com trigo subsidiado? Ou se convencerá de que a solução da crise econômica brasileira, especialmente do abastecimento, passa pela aceitação das leis do mercado?

O presidente da República sabe — por experiência adquirida, ao longo de mais de 30 anos na vida política — que país algum sobrevive quando as leis não são cumpridas. Será que sua assessoria ainda não lhe fez sentir que não será a Sunab, nem será o CIP nem órgão algum burocrático que permitirá à economia respirar em paz? Se a assessoria é cega à realidade dos fatos, então que s. exa. sala de Brasília, desça aos Estados onde é gerada a riqueza nacional, e veja o que todos reclamam, que é a liberdade de produzir e vender ao preço que a livre concorrência fixar para o consumidor. Se o presidente da República não se decidir logo a governar, respeitando a economia de mercado, o País terá de enfrentar dias difíceis.